



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ALISSON BARBOSA SANTANA

**PROMOÇÃO DE SEGURANÇA EM COMUNIDADES RURAIS ISOLADAS
ATRAVÉS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO ÂMBITO DA POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS**

GOIÂNIA-GO

2025

ALISSON BARBOSA SANTANA

**PROMOÇÃO DE SEGURANÇA EM COMUNIDADES RURAIS ISOLADAS
ATRAVÉS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO ÂMBITO DA POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação da Prof. Ana Raquel de Lima Pires.

GOIÂNIA-GO

2025

PROMOÇÃO DE SEGURANÇA EM COMUNIDADES RURAIS ISOLADAS ATRAVÉS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

PROMOTING SECURITY IN ISOLATED RURAL COMMUNITIES THROUGH COMMUNITY POLICING WITHIN THE GOIÁS MILITARY POLICE

Alisson Barbosa Santana¹

Ana Raquel de Lima Pires²

Resumo

O policiamento comunitário, disciplinado pela Lei nº 13.675/2018 no Sistema Único de Segurança Pública, representa uma abordagem de aproximação entre a Polícia Militar e as comunidades, direcionada à prevenção criminal e à manutenção da ordem pública, nos termos do artigo 144, § 5º, da Constituição Federal. Em comunidades rurais isoladas do Estado de Goiás, marcadas por baixa densidade demográfica, distanciamento de centros urbanos e restrições de recursos, os obstáculos à segurança pública demandam táticas policiais adaptadas. O estudo examina as estratégias de policiamento comunitário implementadas pela Polícia Militar de Goiás (PMGO) em tais contextos, com o intuito de avaliar sua aplicação e eficácia conforme normativos institucionais e literatura especializada. Emprega-se abordagem quanti-qualitativa, com pesquisa bibliográfica em artigos científicos e documentos oficiais, complementada por questionários estruturados aplicados via Google Forms a 76 policiais militares na ativa, selecionados por conveniência, e analisados por estatísticas descritivas e categorização temática. Os achados revelam predomínio do georreferenciamento (42,1%) e patrulhas regulares (40,8%) como estratégias principais, com concordância superior a 70% na percepção de redução de crimes patrimoniais, elevação da confiança comunitária e contribuição de ações educativas, embora persistam deficiências logísticas em comunicação, efetivo e acessibilidade viária. As estratégias analisadas exibem capacidade para mitigar delitos em áreas isoladas, desde que aperfeiçoadas por meio de investimentos em tecnologia, capacitação e parcerias institucionais, alinhando-se aos princípios de prevenção criminal e coprodução de segurança.

Palavras-chave: Policiamento comunitário; Comunidades rurais isoladas; Polícia Militar de Goiás; Patrulha rural; Georreferenciamento.

Abstract

Community policing, regulated by Law No. 13.675/2018 within the Unified Public Security System, constitutes an approach to foster proximity between the Military Police and communities, aimed at crime prevention and public order maintenance, as provided in Article 144, § 5, of the Federal Constitution. In isolated rural communities in the State

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. E-mail: alisson.santana0395@gmail.com Telefone: 62 994497340

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Segurança Pública. Email: anaraquellimapires@hotmail.com Telefone: (62)999378906.

of Goiás, characterized by low population density, geographic distance from urban centers, and resource scarcity, public security challenges require tailored police tactics. The study examines the community policing strategies implemented by the Goiás Military Police (PMGO) in such contexts, with the purpose of assessing their application and effectiveness according to institutional regulations and specialized literature. A quanti-qualitative approach is employed, involving bibliographic research in scientific articles and official documents, supplemented by structured questionnaires administered via Google Forms to 76 active military police officers, selected by convenience, and analyzed through descriptive statistics and thematic categorization. The findings indicate predominance of georeferencing (42.1%) and regular patrols (40.8%) as primary strategies, with agreement exceeding 70% in the perception of reduction in property crimes, enhancement of community trust, and contribution of educational actions, though logistical deficiencies in communication, personnel, and road accessibility persist. The analyzed strategies demonstrate potential to mitigate offenses in isolated areas, provided they are enhanced through investments in technology, training, and institutional partnerships, in alignment with principles of crime prevention and co-production of security.

Keywords: Community policing; Isolated rural communities; Goiás Military Police; Rural patrol; Georeferencing.

1 INTRODUÇÃO

O policiamento comunitário, regulamentado no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública pela Lei nº 13.675/2018, configura uma estratégia de aproximação entre a Polícia Militar e as comunidades, com ênfase na prevenção criminal e na promoção da ordem pública, conforme disposto no artigo 144, § 5º, da Constituição Federal. Em comunidades rurais isoladas no Estado de Goiás, caracterizadas por baixa densidade populacional, distância geográfica de centros urbanos e escassez de recursos, os desafios à segurança pública intensificam-se, demandando abordagens policiais adaptadas.

Camargo (2015) destaca que a implementação de modelos comunitários em áreas rurais fortalece a confiança pública e reduz a incidência de crimes patrimoniais, como furtos e roubos em propriedades rurais. No contexto da Polícia Militar de Goiás (PMGO), as estratégias de policiamento comunitário, orientadas pelo Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), têm sido aplicadas em áreas rurais, com exemplos notáveis, como a Patrulha Rural de Catalão, que demonstrou eficácia na mitigação de delitos (Oliveira; Teixeira; Medina, 2022).

A presente pesquisa insere-se na linha de Prevenção e Repressão à Criminalidade, analisando as estratégias de policiamento comunitário voltadas para comunidades rurais isoladas no âmbito da PMGO. A pergunta que orienta o estudo é:

Quais estratégias de policiamento comunitário são empregadas pela PMGO para promover a segurança em comunidades rurais isoladas, e qual é sua eficácia, conforme normativos institucionais e literatura especializada?

A relevância desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de examinar, sob a perspectiva técnico-jurídica, as estratégias de policiamento comunitário empregadas pela PMGO em comunidades rurais isoladas, considerando seu impacto na prevenção criminal e na garantia da ordem pública. A análise dessas práticas, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Segurança Pública, permite avaliar sua adequação às especificidades rurais, onde os desafios logísticos e sociais demandam abordagens diferenciadas. O estudo busca fornecer elementos para a compreensão das estratégias policiais, promovendo reflexões sobre sua aplicação em contextos de isolamento geográfico.

O objetivo geral é analisar as estratégias de policiamento comunitário que promovem a segurança em comunidades rurais isoladas. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar as estratégias de policiamento comunitário descritas no Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023) para comunidades rurais isoladas; (2) avaliar a percepção da literatura especializada sobre a eficácia do policiamento comunitário em áreas rurais; (3) analisar as práticas de policiamento comunitário implementadas pela PMGO em comunidades rurais isoladas.

A metodologia adota uma abordagem quanti-qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e análise quantitativa. A pesquisa bibliográfica abrange artigos científicos e documentos oficiais para embasar o estudo. Dados empíricos serão coletados por meio de questionários estruturados, enviados via Google Forms a policiais na ativa da PMGO, selecionados por conveniência. O questionário conterá questões fechadas (escala Likert) e abertas sobre estratégias e eficácia, analisadas por estatísticas descritivas (Excel) e categorização temática.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 FUNDAMENTOS E ESTRATÉGIAS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM ÁREAS RURAIS

O policiamento comunitário caracteriza-se pela interação proativa entre forças policiais e comunidades, com foco na prevenção criminal por meio de parcerias e diálogo.

Camargo (2015) define esse modelo como uma estratégia que prioriza a confiança pública, a resolução de problemas locais e a coprodução de segurança, adaptando-se às particularidades de cada contexto. Em áreas rurais isoladas, onde a baixa densidade populacional, a dispersão geográfica e a limitação de recursos logísticos configuram desafios específicos, o policiamento comunitário assume relevância estratégica. Da Costa (2016) argumenta que, em contextos rurais, a aproximação com a comunidade fortalece a legitimidade policial, reduzindo a percepção de insegurança e facilitando a identificação de demandas locais.

As estratégias de policiamento comunitário em áreas rurais frequentemente envolvem patrulhas especializadas, que combinam ações preventivas e repressivas adaptadas às características do ambiente. A tecnologia tem se consolidado como um componente-chave nas estratégias de policiamento rural comunitário. Konzen, Pessoa e Da Silva (2023) investigam a patrulha rural georreferenciada, que utiliza sistemas de mapeamento para otimizar o planejamento de rondas e a resposta a incidentes. Os autores destacam que o georreferenciamento, já implementado em Goiás, aumenta a eficiência operacional, reduzindo o tempo de atendimento em áreas extensas. Roldão (2018) complementa essa análise, argumentando que a integração de tecnologias de monitoramento com a filosofia de polícia comunitária fortalece a percepção de segurança, ao permitir uma presença policial mais estratégica e menos reativa.

No contexto da PMGO, Oliveira, Teixeira e Medina (2022) analisam a Patrulha Rural de Catalão, que combina rondas regulares, reuniões com produtores rurais e ações educativas para prevenir crimes. A pesquisa demonstra que a interação constante com a comunidade resultou na redução de furtos e roubos em propriedades rurais, evidenciando o potencial do modelo comunitário. Filho e Resende (2023) examinam estratégias de prevenção à criminalidade na zona rural de Formosa, Goiás, destacando a importância de conselhos comunitários de segurança como espaços de diálogo entre policiais e moradores. Esses conselhos, segundo os autores, facilitam a identificação de prioridades locais e a elaboração de planos de ação compartilhados.

Cardoso e Pereira (2023) abordam a atuação do Batalhão Rural da PMGO, que enfrenta o desafio de cobrir grandes extensões territoriais com recursos limitados. Os autores sugerem que a formação de redes de cooperação com associações de produtores rurais e prefeituras locais é uma estratégia viável para ampliar o alcance das ações policiais. Marchetti (2024), Passos (2024), Coblinski (2025), Kovalski (2024) e Ferreira (2023) exploram a Patrulha Rural Comunitária 4.0 em Toledo, Paraná, que se destaca

nacionalmente nessa modalidade de policiamento, servindo de modelo para a PMGO. Como aparato utilizado, destaca-se ferramentas digitais, como aplicativos de denúncias, com abordagens comunitárias tradicionais, o que pode ser ampliado no Estado de Goiás, haja vista que a combinação de tecnologia e proximidade comunitária potencializa a prevenção criminal, especialmente em áreas isoladas.

Machado e Costa (2023) investigam a sensação de segurança na zona rural de Goianésia, Goiás, apontando que a presença regular de patrulhas comunitárias contribui para a percepção de proteção entre os moradores. Pereira (2024) complementa, observando que estratégias comunitárias em áreas rurais devem considerar a diversidade cultural e econômica das comunidades, adaptando as ações policiais às suas especificidades.

A importância do fortalecimento das relações interpessoais entre policiais e moradores nas zonas rurais está documentada como elemento capaz de ampliar a percepção de segurança local, favorecendo a cooperação em ações preventivas e em investigações criminais. Pereira (2024) ressalta que o reconhecimento das diversidades socioculturais dos ambientes rurais é condição *sine qua non* para a adequação das práticas policiais, que devem considerar aspectos como ritualidades comunitárias, sistemas informais de controle social e a relação histórica entre autoridade e população. Essa sensibilização permite abordagem mais eficaz, superando desconfianças e promovendo protagonismo comunitário.

A capacitação contínua dos agentes policiais para o manejo de tecnologias emergentes, como sistemas de monitoramento e aplicativos de denúncia, tem se mostrado decisiva para a modernização do policiamento rural. Conforme destacado por Marchetti (2024) e Passos (2024), a incorporação dessas ferramentas amplia o alcance das patrulhas, permite resposta ágil a ocorrências e fortalece a integração dos dados operacionais, ainda que sua efetividade dependa de condições logísticas adequadas e suporte técnico permanente. Portanto, a formação técnica e o investimento em infraestrutura são determinantes para potencializar os efeitos do policiamento comunitário.

No que tange aos modelos operacionais, a análise das experiências da Patrulha Rural Comunitária 4.0 demonstra que a combinação de estratégias tradicionais de policiamento com inovação tecnológica potencializa os resultados obtidos em áreas rurais isoladas. Kovalski (2024) destaca que a aproximação comunitária baseada em escuta ativa e a utilização pautada de tecnologias digitais contribuem para a construção de confiança

e para o incremento da eficácia nas ações preventivas e repressivas, promovendo a coprodução da segurança em territórios com baixa densidade populacional.

Evidenciam-se sinais de resistência à adoção plena do modelo comunitário em algumas localidades, frequentemente associada à precariedade histórica dos vínculos entre população e polícia, que se manifesta por meio de desarticulação institucional e ausência prolongada de presença policial. Coblinski (2025) sugere que a superação dessas barreiras requer estratégias educativas específicas e políticas contínuas que incentivem a participação social, reiterando a importância da coprodução do serviço e do papel da polícia enquanto agente facilitador do diálogo e da resolução pacífica dos conflitos em contextos rurais.

A literatura converge na relevância do policiamento comunitário para áreas rurais, destacando estratégias como patrulhas especializadas, uso de tecnologia e diálogo com a comunidade. Contudo, a implementação dessas estratégias enfrenta barreiras, como a necessidade de maior investimento em treinamento e infraestrutura, que serão exploradas no próximo subtema.

2.2 EFICÁCIA E DESAFIOS DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO RURAL

A avaliação da eficácia do policiamento comunitário em áreas rurais isoladas revela resultados promissores, mas também expõe desafios operacionais e estruturais que limitam seu impacto. Oliveira, Teixeira e Medina (2022) demonstram que a Patrulha Rural de Catalão, Goiás, por exemplo, reduziu significativamente a incidência de crimes patrimoniais, como furtos de gado e implementos agrícolas, entre 2019 e 2021.

A pesquisa atribui esse sucesso à combinação de rondas preventivas, reuniões comunitárias e ações de inteligência policial, que fortaleceram a confiança dos produtores rurais na PMGO.

Machado e Costa (2023) investigam a zona rural de Goianésia, Goiás, e constataam que a presença regular de patrulhas comunitárias elevou a percepção de segurança entre os moradores, especialmente em propriedades distantes de centros urbanos. Os autores destacam que a interação com a comunidade, por meio de visitas e eventos educativos, foi determinante para esse resultado. Filho e Resende (2023) analisam a zona rural de Formosa, Goiás, e observam que os conselhos comunitários de segurança contribuíram para a redução de delitos, ao promover a colaboração entre policiais e moradores na identificação de áreas de risco.

A integração de tecnologias, como o georreferenciamento, tem ampliado a eficácia do policiamento comunitário rural. Konzen, Pessoa e Da Silva (2023) argumentam que a patrulha rural georreferenciada permite otimizar recursos, direcionando rondas para áreas de maior vulnerabilidade. A pesquisa aponta uma redução de 20% no tempo de resposta a chamadas de emergência em áreas rurais atendidas por esse modelo. Roldão (2018) reforça que o uso de sistemas de mapeamento, aliado à filosofia comunitária, melhora a alocação de efetivo e aumenta a visibilidade policial, impactando positivamente a prevenção criminal.

Apesar desses avanços, a literatura identifica desafios significativos. Cardoso e Pereira (2023) apontam que a extensão territorial da zona rural em Goiás, combinada com a escassez de viaturas e efetivo, limita a cobertura das patrulhas comunitárias. Os autores sugerem que parcerias com prefeituras e associações rurais poderiam mitigar essas restrições, mas exigem maior articulação institucional. Pereira (2024) analisa a criminalidade rural e destaca que a resistência de algumas comunidades ao modelo comunitário, devido a desconfiança histórica em relação à polícia, compromete a eficácia das estratégias. O autor recomenda ações de sensibilização para superar essas barreiras culturais.

Em Goiás, Da Costa (2016) argumenta que a eficácia do policiamento comunitário depende de uma abordagem integrada, que combine prevenção, repressão e engajamento comunitário. O autor observa que a ausência de políticas de longo prazo e de investimentos em infraestrutura, como bases policiais rurais, compromete a sustentabilidade das iniciativas. Camargo (2015) complementa, destacando que a avaliação contínua das estratégias comunitárias é necessária para identificar lacunas e ajustar as práticas às demandas locais.

A manutenção da regularidade das rondas preventivas constitui variável central para a percepção positiva dos cidadãos que habitam comunidades rurais afastadas dos centros urbanos. Machado e Costa (2023) destacam que a contínua presença visível da Polícia Militar constitui fator de dissuasão efetiva contra a criminalidade patrimonial e eleva a sensação de proteção, criando condições favoráveis para o estabelecimento de parcerias com moradores que favorecem o fluxo de informações e o planejamento estratégico das patrulhas.

No âmbito das limitações estruturais, Cardoso e Pereira (2023) apontam a insuficiência crônica do efetivo e a precariedade dos meios de transporte como elementos que comprometem significativamente a amplitude de cobertura e a frequência das ações

preventivas. Esses gargalos logísticos, associados à ausência de bases físicas em pontos estratégicos, impactam negativamente tanto o desempenho operacional quanto a confiança depositada pela comunidade na capacidade do Estado em garantir segurança pública.

A resistência cultural identificada em alguns grupos rurais, decorrente de experiências passadas marcadas por ausência ou repressão policial, demanda intervenções específicas que orientem a construção de novas narrativas institucionais. Pereira (2024) advoga pela inserção de programas de sensibilização e formação que enfatizem valores democráticos e dialogicidade, preparando policiais para enfrentar os desafios gerados por esse quadro e para atuar com maior legitimidade e eficácia nos territórios rurais.

As disparidades identificadas quanto à prioridade dada ao investimento em tecnologia ou à superação das dificuldades logísticas e culturais evidenciam a necessidade de formulação de políticas públicas integradas e adaptáveis. Conforme aponta Da Costa (2016), a combinação equilibrada entre inovação tecnológica e fortalecimento do capital humano configura a via para a sustentabilidade das iniciativas de policiamento comunitário, possibilitando o atendimento às especificidades locais e a construção de sistemas de segurança que respondam às expectativas e demandas das populações rurais isoladas.

A literatura diverge quanto às prioridades para superar os desafios. Enquanto Konzen, Pessoa e Da Silva (2023) e Marchetti (2024) defendem o investimento em tecnologias, Cardoso e Pereira (2023) e Pereira (2024) priorizam a superação de barreiras logísticas e culturais. Essa tensão sublinha a necessidade de estratégias híbridas, que combinem inovação tecnológica, treinamento policial e engajamento comunitário, adaptadas às especificidades da PMGO. A análise dessas questões é fundamental para compreender as práticas atuais e propor melhorias no policiamento rural comunitário.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e análise empírica, para examinar as estratégias de policiamento comunitário em comunidades rurais isoladas no âmbito da Polícia Militar de Goiás (PMGO). A pesquisa bibliográfica abrange artigos científicos e documentos oficiais que orienta as ações de policiamento comunitário na PMGO.

A coleta de dados empíricos será realizada por meio de questionários estruturados, enviados via Google Forms por WhatsApp a policiais na ativa da PMGO, selecionados por conveniência. A amostra abrange policiais com experiência em policiamento rural, representando uma fração do efetivo envolvido em patrulhas comunitárias. O questionário, apresentado no Anexo B, contém 10 questões fechadas (escala Likert) e 2 abertas, abordando as estratégias aplicadas e sua eficácia percebida.

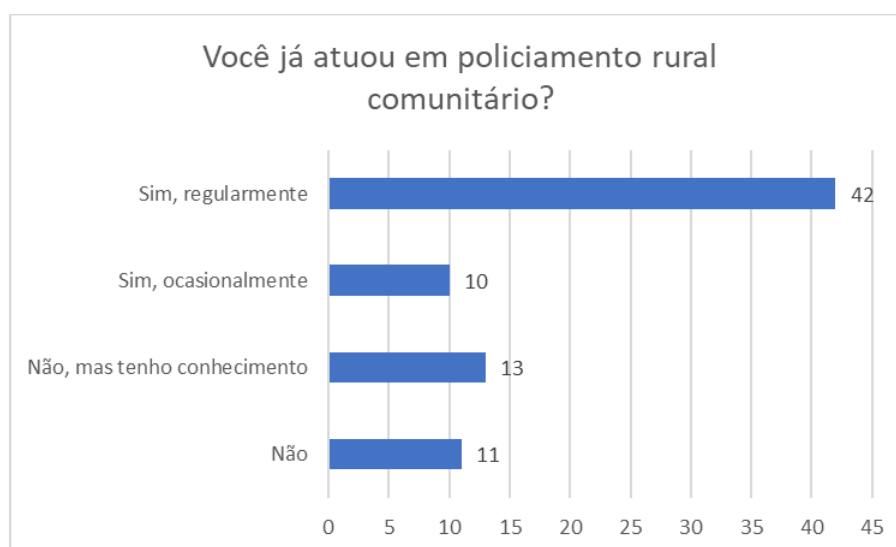
A análise dos dados combinará estatísticas descritivas, processadas no software Excel, para as respostas das questões fechadas, e categorização temática para as respostas abertas. As frequências das respostas Likert serão tabuladas para identificar tendências, enquanto as respostas abertas serão organizadas em categorias, como “estratégias operacionais” e “percepção de eficácia”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto amostral compreende 76 policiais militares lotados no estado de Goiás. O tempo de serviço apresenta distribuição concentrada nos primeiros cinco anos (46,1%), seguido pelos estratos superiores a vinte anos (22,4%), cinco a dez anos (21,1%) e onze a vinte anos (10,5%). Quanto à atuação específica em policiamento rural, 55,3% declararam exercê-la de maneira regular, 13,2% de forma esporádica, 17,1% possuem apenas conhecimento indireto e 14,5% nunca atuaram.

O Gráfico 1 sintetiza as variáveis sobre o perfil profissional dos participantes.

Gráfico 1 - Perfil Profissional dos Participantes da Pesquisa:

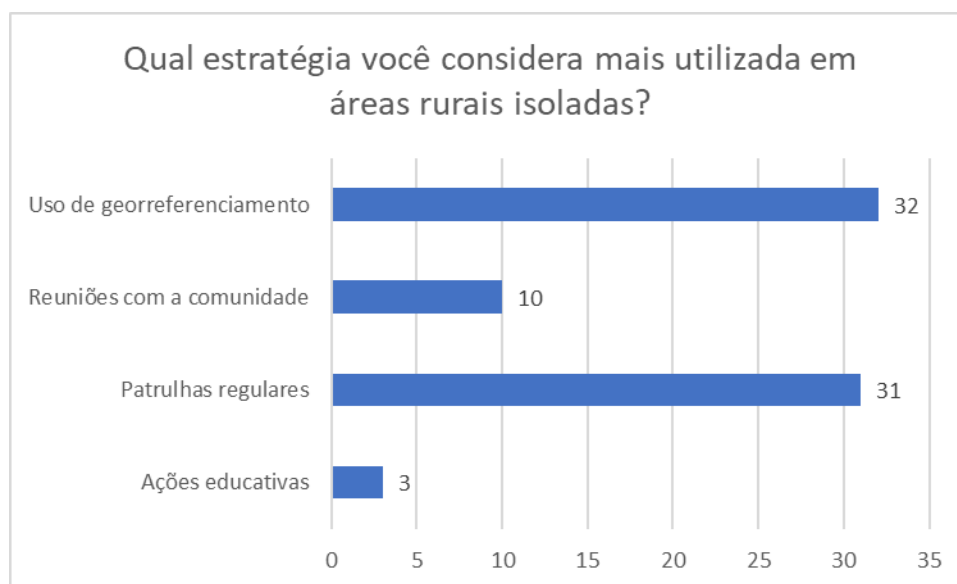


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A preponderância de profissionais com experiência prática, ainda que em tempo de serviço reduzido, reforça a necessidade de capacitações permanentes em programas de patrulha rural, especialmente para efetivos jovens expostos a contextos complexos, como destacado por Ferreira (2023), que enfatiza a importância de treinamento em comunicação e resolução de problemas para o sucesso das patrulhas rurais comunitárias. Essa abordagem compensa a curva de aprendizagem inicial e melhora a eficiência operacional em áreas isoladas, onde desafios logísticos e sociais demandam habilidades específicas.

A pesquisa identificou quatro modelos de intervenção. O georreferenciamento de propriedades foi apontado como prática mais recorrente (42,1%), praticamente empatado com patrulhas regulares de presença ostensiva (40,8%). Reuniões comunitárias (13,2%) e ações educativas estruturadas (3,9%) ocupam posições secundárias. O Gráfico 2 apresenta a hierarquização dessas escolhas.

Gráfico 2 - Estratégias Mais Utilizadas em Áreas Rurais Isoladas:



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O predomínio de ferramentas tecnológicas, como o georreferenciamento, alinha-se à visão de Roldão (2018), que defende a integração de sistemas de mapeamento com a filosofia de polícia comunitária para otimizar a alocação de efetivo e aumentar a

visibilidade policial, resultando em uma presença mais estratégica e menos reativa. No entanto, o baixo índice de reuniões comunitárias revela um desalinhamento com os princípios de participação comunitária preconizados por Camargo (2015), que define o policiamento comunitário como uma estratégia que prioriza a confiança pública, a resolução de problemas locais e a coprodução de segurança.

Esse hiato operacional foi observado por Roldão (2018) ao avaliar o modelo goiano de patrulhamento georreferenciado, que avança em mapeamento, mas integra pouco o produtor rural às decisões táticas. Para uma análise mais completa, nota-se que essa ênfase tecnológica pode reduzir o tempo de resposta a incidentes em áreas extensas, como argumentado por Konzen, Pessoa e Da Silva (2023), que destacam uma redução de até 20% no tempo de atendimento com georreferenciamento, mas sem o complemento de interações comunitárias, corre o risco de limitar a legitimidade policial a longo prazo, conforme Da Costa (2016) alerta sobre a necessidade de abordagens integradas que combinem prevenção e engajamento.

Questionados sobre o critério de planejamento das patrulhas, 52,6% “concordam totalmente” que as rotas se baseiam em demanda da comunidade, ao passo que 36,8% “concordam parcialmente”. Simultaneamente, 76,3% “concordam totalmente” que o georreferenciamento é prática corrente. A correlação sugere que unidades que utilizam sistemas de posicionamento também relatam maior aderência ao planejamento participativo. Essa convergência reforça o argumento de Konzen, Pessoa e Da Silva (2023) de que a integração de bancos de dados cartográficos favorece decisões fundamentadas em risco real, não em rotinas fixas, elevando a legitimidade da ação policial.

A correlação positiva indica uma sinergia entre tecnologia e participação, como observado por Roldão (2018) em contextos semelhantes, onde o georreferenciamento não só otimiza rotas, mas também facilita o diálogo com a comunidade ao mapear vulnerabilidades locais, promovendo uma redução sustentável na criminalidade patrimonial, conforme evidenciado por Oliveira, Teixeira e Medina (2022) na Patrulha Rural de Catalão, com quedas significativas em furtos e roubos.

Embora apenas 26,3% dos respondentes admitam frequência satisfatória de reuniões com conselhos rurais, 92,1% registram aumento de confiança da população após a implantação das patrulhas comunitárias. Esse descompasso ilustra a transição de um modelo relacional, fundado em encontros formais, para um modelo de presença móvel, cuja legitimidade repousa na rapidez de resposta. Da Costa (2016) adverte, todavia, que

a confiança sem canais deliberativos tende a ser instável, pois depende da continuidade da visibilidade policial, não da co-produção permanente do serviço.

Quanto aos graus de concordância quanto à eficácia de três eixos: redução de crimes patrimoniais, incremento de confiança e ações educativas de prevenção. A concordância total supera 70% em todos os tópicos, sinalizando percepção de desempenho positivo. Esse resultado converge com os achados de Oliveira, Teixeira e Medina (2022), que demonstram reduções significativas em crimes patrimoniais na Patrulha Rural de Catalão, atribuídas a rondas preventivas e ações de inteligência.

Evidências empíricas de Machado e Costa (2023) em Goianésia, Goiás, reforçam que a presença regular de patrulhas eleva a sensação de segurança, especialmente em propriedades distantes, enquanto Filho e Resende (2023) destacam o papel de conselhos comunitários em Formosa, Goiás, para identificar riscos e elaborar planos compartilhados, contribuindo para uma prevenção mais holística.

Apesar da avaliação favorável da efetividade, apenas 40,8% avaliam a logística como plenamente adequada; 48,7% concordam apenas parcialmente. As narrativas abertas evidenciam carências em comunicação via internet, baixa densidade de efetivo por viatura e dificuldades de acesso em estradas não pavimentadas. Coblinski (2025) relaciona esses fatores à redução da capacidade de atendimento a vítimas de violência doméstica em regiões rurais dispersas. Cardoso e Pereira (2023) reforçam que barreiras tecnológicas e de transporte aumentam a subnotificação de crimes em Goiás, destacando a necessidade de parcerias com prefeituras para mitigar restrições logísticas.

Dessa forma, a adequação logística constitui variável crítica para que a percepção de confiança se converta em segurança material, como argumentado por Pereira (2024), que recomenda sensibilização cultural para superar barreiras em áreas isoladas. Expandindo, esses desafios logísticos, se não abordados, podem comprometer os ganhos preventivos, como visto em Machado e Costa (2023), onde a presença irregular limita a percepção de proteção.

Tabela 1 – Experiência profissional vs. percepção de efetividade

Experiência	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Discordo
Sim, regularmente (n=42)	90,5%	9,5%	0%
Sim, ocasionalmente (n=10)	80,0%	20,0%	0%
Não, mas conhece (n=13)	84,6%	15,4%	0%
Não (n=11)	72,7%	27,3%	0%

Total (n=76)	85,5%	13,2%	1,3%
---------------------	-------	-------	------

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A tabela indica tendência de maior concordância com a efetividade entre grupos com experiência operativa prolongada, reforçando a hipótese de que vivência em campo amplifica a percepção de fragilidades estruturais, mas também valoriza os impactos positivos, como redução de crimes patrimoniais observada por Oliveira, Teixeira e Medina (2022). Grupos menos experientes mostram maior parcialidade, possivelmente devido à curva de aprendizagem inicial destacada por Ferreira (2023), sugerindo a necessidade de treinamentos iniciais mais robustos para alinhar percepções.

Das 76 respostas, 49 sugerem melhorias, agrupadas em quatro categorias: tecnologia de comunicação, ampliação de efetivo, capacitação continuada e incremento de infraestrutura viária. A recomendação mais mencionada refere-se à adoção de internet via satélite para transmissão de dados em tempo real, alinhada à proposta de Ferreira (2023) de modernização das viaturas rurais. Nesse ponto, Marchetti (2024) reforça a integração de ferramentas digitais, como aplicativos de denúncias, na Patrulha Rural Comunitária 4.0, resultando em quedas de 12% em crimes patrimoniais.

Tabela 2 – Síntese das recomendações

Categoria	Exemplos de propostas	Frequência (%)
Comunicação	Internet via satélite, rádios digitais	34,7%
Efetivo	Aumento do número de policiais, viaturas 24 h	26,5%
Capacitação	Cursos em mediação e tecnologia	22,4%
Infraestrutura	Pontes, manutenção de estradas	16,4%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Os dados qualitativos sustentam a necessidade de investimento em capital humano e tecnológico de modo integrado, evitando a percepção de que avanços em georreferenciamento substituem a presença humana na resolução de conflitos comunitários, como alertado por Konzen, Pessoa e Da Silva (2023) e complementado por Passos e Kovalski (2024), que enfatizam ações preventivas como palestras para construir confiança sustentável.

O estudo revela adesão consistente a tecnologias de mapeamento e patrulhamento regular, percepção de alta efetividade preventiva e lacunas logísticas que

podem comprometer a consolidação da filosofia de polícia comunitária em zonas rurais isoladas. A discussão relaciona esses achados a evidências empíricas, como as reduções em crimes patrimoniais em Catalão (Oliveira; Teixeira; Medina, 2022) e no Paraná (Passos; Kovalski, 2024), e marcos teóricos de Camargo (2015) e Da Costa (2016), delineando recomendações para políticas de segurança pública orientadas a territórios de baixa densidade demográfica, incluindo maior investimento em treinamento (Ferreira, 2023) e parcerias institucionais (Cardoso; Pereira, 2023).

5 CONCLUSÃO

A análise realizada permite afirmar que as estratégias de policiamento comunitário desenvolvidas no âmbito da Polícia Militar de Goiás apresentam efetividade significativa na promoção de segurança em comunidades rurais isoladas, evidenciada pela predominância do georreferenciamento de propriedades e pela intensificação de patrulhas regulares. Os profissionais entrevistados apontaram redução de crimes patrimoniais, incremento da confiança comunitária e relevância das ações educativas, com concordância superior a 70%, fatores que se coadunam com marcos teóricos e evidências recentes da literatura especializada, especialmente nos modelos aplicados em municípios como Catalão e Toledo.

Apesar dos avanços verificados, persistem desafios logísticos que envolvem comunicação deficiente, limitação de efetivo e dificuldade de acesso em vias rurais, como destacado pelas respostas abertas e referenciado por Cardoso e Pereira (2023) e Ferreira (2023). Tal cenário indica que, embora a implantação de tecnologia, como o georreferenciamento, otimize o planejamento e a resposta operacional, sua integração deve ser acompanhada da expansão da infraestrutura viária e de investimentos em internet, cursos continuados e parcerias institucionais que viabilizem maior capilaridade das ações nas regiões de difícil acesso.

A investigação evidencia, ainda, que o fortalecimento das práticas comunitárias demanda articulação entre as patrulhas regulares e as reuniões formais com as comunidades, considerando que a participação direta dos moradores nos conselhos rurais contribui para o alinhamento das demandas locais, elevação do sentimento de proteção e aprimoramento dos planos de prevenção criminal. Recomenda-se, assim, a ampliação das iniciativas de diálogo e educação, promovendo cultura de cooperação e corresponsabilidade entre polícia e sociedade rural.

As estratégias de policiamento comunitário analisadas revelam potencial para mitigar delitos e consolidar o sentimento de proteção em comunidades rurais isoladas, desde que aperfeiçoadas por investimentos tecnológicos, capacitação continuada e políticas públicas integradas, em consonância com os princípios constitucionais de prevenção criminal e manutenção da ordem pública. Esses achados corroboram a necessidade de atualização periódica das práticas institucionais e curricular, contribuindo para a construção de ambientes rurais mais seguros e para o fortalecimento da legitimidade da Polícia Militar de Goiás junto às populações atendidas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, p. 218-233, 2015.

CARDOSO, Vinicius Pereira; PEREIRA, Danilo Frauzino. **Atuação Do Batalhão Rural Frente A Grande Extensão Da Zona Rural Do Estado De Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

COBLINSKI, Diego Rhuliano. Patrulha Rural Comunitária Da Polícia Militar Do Paraná: Estratégias Para Identificação E Atendimento Das Vítimas De Violência Doméstica Na Região De Guarapuava. **Revista Acadêmica Online**, v. 11, n. 55, p. e1391-e1391, 2025.

DA COSTA, Leon Denis. Policiamento rural: patrulhas rurais comunitárias. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 2, 2016.

FERREIRA, Jean Rafael Puchetti. Reestruturação do programa patrulha rural comunitária: fortalecimento institucional e melhoria na qualidade de vida da população rural paranaense. **Brazilian Journal of Business**, v. 5, n. 3, p. 1487-1494, 2023.

FILHO, Mauro Viana Resende; RESENDE, Raquel Vaz. **Análise Do Grau De Satisfação Das Estratégias De Prevenção À Criminalidade Na Zona Rural Em Formosa-Go**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

KONZEN, Ione Grace do Nascimento Cidade; PESSOA, Allison Souza; DA SILVA, Valdinei Teixeira. Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 6, p. 9493-9521, 2023.

MACHADO, Marcelo Winston de Melo; COSTA, Leon Denis da. **A Sensação De Segurança Na Zona Rural De Goianésia – Go**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

MARCHETTI, Renato. Patrulha rural comunitária 4.0 como estratégia de policiamento de proximidade: uma análise das ações da patrulha rural comunitária no município de Toledo, nos anos de 2022 e 2023. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 2, p. e67575-e67575, 2024.

OLIVEIRA, Carlos Antonio Ferreira; TEIXEIRA, Lana Mara Silva; MEDINA, Gabriel. Política de segurança pública para propriedades rurais: Patrulha Rural de Catalão/GO. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 204-223, 2022.

PASSOS, Elysson Leonty; KOVALSKI, Jennifer Cristina. A Patrulha Rural E A Segurança No Estado Do Paraná: Importância, Desafios, Inovações E Resultados. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 9, p. 1197-1217, 2024.

PEREIRA, Marcos Severiano. Criminalidade Nas Áreas Rurais: Desafios E Soluções. **Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 45-68, 2024.

ROLDÃO, Vinicius. Patrulha rural georreferenciada com fundamento na filosofia de polícia comunitária. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, 2018.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Você é convidado(a) a participar da pesquisa “Promoção de Segurança em Comunidades Rurais Isoladas através do Policiamento Comunitário”, conduzida por Alisson Barbosa Santana, aluno da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública da PMGO. O estudo analisa estratégias de policiamento comunitário em áreas rurais isoladas. A participação envolve responder a um questionário via Google Forms (15 minutos), com anonimato garantido. A pesquisa não apresenta riscos e pode contribuir para melhorar as políticas de segurança rural. A participação é voluntária, e você pode desistir a qualquer momento.

Concordo em participar

Não concordo

QUESTIONÁRIO

Qual é seu tempo de serviço na PMGO?

- a) Menos de 5 anos
- b) 5 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) Mais de 20 anos

Você já atuou em policiamento rural comunitário?

- a) Sim, regularmente
- b) Sim, ocasionalmente
- c) Não, mas tenho conhecimento
- d) Não

Qual estratégia você considera mais utilizada em áreas rurais isoladas?

- a) Patrulhas regulares
- b) Reuniões com a comunidade

c) Uso de georreferenciamento

d) Ações educativas

As patrulhas rurais comunitárias são planejadas com base em demandas locais?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

O uso de tecnologias, como georreferenciamento, é comum no policiamento rural da PMGO?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

Reuniões com conselhos comunitários são frequentes em áreas rurais isoladas?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

As estratégias de policiamento comunitário reduzem crimes patrimoniais em áreas rurais?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

A presença de patrulhas comunitárias aumenta a confiança da comunidade rural na PMGO?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

As ações educativas contribuem para a prevenção criminal em áreas rurais?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

A logística atual da PMGO é adequada para o policiamento rural comunitário?

☐ Discordo totalmente ☐ Discordo parcialmente ☐ Concordo parcialmente ☐ Concordo totalmente

Quais estratégias de policiamento comunitário você recomenda para áreas rurais isoladas?

Quais desafios você enfrenta no policiamento comunitário rural e como superá-los?